



SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

www.suframa.gov.br

Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quarta-feira, 4 de julho de 2012

JORNAL DO COMMERCIO CAPA	1
JORNAL DO COMMERCIO Internacional	2
JORNAL DO COMMERCIO Governo acena com ajuda ao setor	3
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO Parceria ajuda a diversificar portfólio	4
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO IBGE	5
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO Cartões	6
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO Cervejaria	7
EMPRESAS	
A CRITICA CODAM	8
ECONOMIA	
A CRITICA Greve pode parar indústrias	9
ECONOMIA	
A CRITICA Pioneer produzirá peças em Manaus	10
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO Pacote anticrise pode sair na próxima semana	11
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO Pacote anticrise pode sair na próxima semana (continuação)	12
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO Ameaça de greve por 72 horas	13
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO Projeto obriga lojista a informar tributo em nota	14
ECONOMIA	
DIÁRIO DO AMAZONAS CAPA	15
MASKATE IPI alto protege ZFM de Importados	16
MANCHETES	
MASKATE IPI alto protege ZFM de Importados (continuação)	17
MANCHETES	
MASKATE IPI alto protege ZFM de Importados (continuação)	18
MANCHETES	

CAPA

Desoneração quase certa para amenizar crise de duas rodas

Foto:Walter Mendes



O superintendente da Suframa, Thomaz Nogueira, informou, sem revelar o nome da entidade, que um grande banco estatal deve participar com medidas de incremento ao financiamento bancário para amenizar a crise no setor de duas rodas no PIM. Além disso, a desoneração tributária do PIS/Cofins e uma injeção no financiamento de motocicletas são duas medidas já apontadas como certas para integrar o pacote de benefícios que pretende contornar a crise econômica do setor. O estudo que deverá ser concluído até o final desta semana pode incluir outros benefícios, ainda em análise. E uma nova reunião deve ocorrer até a próxima segunda.

Com a desoneração e o financiamento as vendas podem aquecer e a produção industrial voltar a crescer

Página A5

Internacional

PIM ganha fábrica da Pioneer com 180 empregos

O Polo Industrial de Manaus recebe mais uma empresa internacional. Trata-se da Pioneer Yorkey, resultado da parceria entre a Ásia Optical e da Pioneer. Atualmente, com 180 funcionários, a expectativa é que o quadro de colaboradores chegue a 500 nos próximos três anos.

Página A6

Governo acena com ajuda ao setor

Fabricantes de motos devem ser contemplados com desoneração do PIS/Cofins e facilidades para financiamento

Por Juliana Geraldo

A desoneração tributária do PIS/Cofins (Programa de Integração Social/Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) e uma injeção no financiamento de motocicletas são duas medidas já apontadas como certas para integrar o pacote de benefícios que pretende contornar a crise econômica do setor de duas rodas do PIM.

"Essa desoneração deve ser transitória, com prazo até o final do ano, porque entendemos que vai haver um reaquecimento do mercado. Ela vai ser custeada pelo Estado e pela União", adiantou o superintendente da Suframa, Thomaz Nogueira, após reunião do Codam (Conselho de Desenvolvimento do Amazonas), realizada ontem.

O dirigente também informou, sem revelar o nome da entidade que, um grande banco estatal deve participar com medidas de incremento ao financiamento bancário para o setor de duas rodas.

"O ponto mais importante para resolver a crise é assegurar o acesso ao crédito para o consumidor, por isso a participação do banco será fundamental. O nome da instituição não tem data pra ser oficializado. Só quando fecharmos o pacote", acrescentou.

Ele lembra que, para a concessão dos benefícios, as empresas



Foto: Walter Mendes

Um grande banco estatal deve participar com medidas de incremento ao financiamento bancário

deverão aceitar algumas condições como o compromisso na manutenção dos empregos e campanhas de educação no trânsito para o uso específico de motocicletas.

O estudo que deverá ser concluído até o final desta semana pode incluir outros benefícios,

ainda em análise. "O próprio governo estadual colocou outras propostas", disse.

O auditor fiscal e assessor da Sefaz-AM (Secretaria de Fazenda do Amazonas), Afonso Lobo declarou em entrevista anterior ao Jornal do Comercio a possibilidade de o estado

desonerar o ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços) da energia elétrica para as fábricas de bens intermediários pertencentes ao setor e a prorrogar do pagamento do imposto.

Thomaz Nogueira disse ainda que, as ações já tomadas pelo

governo federal - como o aumento da alíquota do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) para motocicletas e da tributação do ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços) para o importado - já deve impactar os empresários da indústria ainda

no segundo semestre embora só entrem em vigor a partir de primeiro de janeiro de 2013.

"Elas - as medidas - já causam impacto porque deixam o produtor mais tranqüilo e o importador não vai continuar trazendo o produto de fora porque ele sabe que ele vai ter uma tributação mais alta do IPI e futuramente não vai conseguir diminuir os estoques".

Uma nova reunião deve ocorrer até a próxima segunda.

Projetos

Apontada pela Seplan (Secretaria de Planejamento do Estado do Amazonas) como recorde, a pauta da reunião de ontem aprovou 51 projetos industriais, - sendo 18 de implantação, 28 de diversificação e 5 de atualização - fechando investimentos de R\$ 2,82 bilhões e perspectiva de geração de 4.331 novas vagas nos próximos 3 anos.

Do total investido, R\$ 2,076 bilhões correspondem a investimentos de origem estrangeira. O principal deles e também a maior injeção de recursos aprovada na reunião vem da Tailândia. A Calcomp vai investir R\$ 1,51 bilhão e criar 527 novos postos de trabalho com a produção HD, pen drives e subconjuntos de áudio.

Já a coreana Samsung Eletrônica pretende injetar R\$ 389,46 milhões na fabricação de placas de circuito impresso montadas.

Parceria ajuda a diversificar portfólio

Joint venture entre Pioneer e Ásia Optical possibilita linha de produção de câmeras, injeção plástica e estamparia

Emyle Araújo
Especial para o **CGCOM**

O Polo Industrial de Manaus recebe mais uma empresa internacional. Trata-se da Pioneer Yorkey. Atualmente, com 180 funcionários, a expectativa é que o quadro de colaboradores chegue a 500 nos próximos três anos. A nova unidade fabril é resultado da parceria entre a Ásia Optical e da Pioneer, que juntas foram a nova PYB (Pioneer Yorkey do Brasil).

De acordo com o gerente de produção, Jun Murayama, o prédio tem 14 mil metros quadrados de área útil, dividido em dois pisos. Injeção e estamparia foram instalados no piso inferior. No superior, linhas de produção de montagem de câmeras fotográficas (amadoras, semi-profissionais e profissionais), injeção automática e EMS.

Por enquanto, nem todas as linhas de produção estão operando no novo prédio. Para o gestor de produção Sergio Suzuki, até o final de setembro a fábrica já estará com 100% das máquinas funcionando.



Foto: Saulo Castro

Por enquanto, nem todas as linhas de produção previstas na joint venture estão operando no novo prédio localizado no PIM

“Até agora, somente a linha de inserção automática de componentes eletrônicos está regular”, adianta.

O presidente da Ásia Optical, Robert Lai, disse que acredita no sucesso da nova fábrica e aposta no desenvolvimento do país com a chegada da Copa do Mundo, em 2014, e as Olimpíadas, em 2016.

A cerimônia de inauguração contou com a presença do presidente da Pioneer Corporation, Susumu Kotani; do presidente da Ásia Optical, Robert Lai; do superintendente da Suframa, Thomas Nogueira; do cônsul geral do Japão, Hajimi Nagamura; e do presidente do Cieam (Centro da Indústria do Estado do Amazonas), Wilson Périco.

Desafios

A parceria vem para estreitar no mercado com a fabricação de câmeras fotográficas digitais. Segundo Suzuki, a meta é produzir até 400 mil câmeras por ano. O número ainda é pequeno, quando comparado ao volume produzido pela Pioneer de aparelhos de som automotivo (divididos em CDs e DVDs players), que chega a 900 mil.

IBGE

Produção recua 4,3% e tem nona queda consecutiva

A produção da indústria brasileira teve queda de 4,3% em maio ante mesmo mês do ano anterior. Trata-se do nono resultado negativo consecutivo nesse tipo de confronto e o mais intenso desde setembro de 2009, quando a retração foi de 7,6%.

Na comparação com abril, o recuo foi de 0,9% na série livre de influências sazonais, a terceira queda mensal seguida. Os dados foram divulgados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) hoje.

No ano, a redução acumulada é de 3,4%, e nos últimos 12 meses, o resultado verificado é de queda de 1,8%, segundo o IBGE.

De acordo com o levantamento, a produção recuou em 14 dos 27 ramos investigados no mês. Os principais impactos negativos foram observados nos setores de veículos (-4,5%) e de alimentos (-3,4%).

Outras contribuições negativas vieram do setor de material eletrônico, aparelhos e equipamentos de comunicações (-10,9%), metalurgia básica (-2,4%), celulose e papel (-3%) e calçados e artigos de couro (-5,3%).

O setor produtor de bens de consumo duráveis puxou a queda, seguido por bens de capitais. Uma das explicações pode estar ligado à restrição do crédito e o comprometimento da renda das famílias brasileiras.

Preocupação

O setor industrial preocupa o governo devido às sucessivas quedas na produção, vendas e investimentos e tem levado o Planalto a anunciar medidas para estimulá-lo e tentar reaquecer a atividade econômica no país. Para tanto, as ações visam basicamente a desoneração do setor (para reduzir custos e tentar manter o nível de emprego), o aumento da demanda interna e o estímulo ao crédito ao consumidor.

A ideia é favorecer o crédito produtivo, para incentivar o consumo, e também para a exportação por empresas brasileiras. O governo aposta nesse

tipo de medidas para recuperar o crescimento do PIB (Produto Interno Bruto).

Ipea estima alta mensal

A produção industrial brasileira precisa crescer, em média, 1,6% ao mês de junho a dezembro, na comparação com o mês anterior, ou a indústria fechará o ano com taxa negativa, calcula o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Os dados da Pesquisa Industrial Mensal, divulgados nesta terça-feira pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apontam um recuo de 0,9% na produção em maio ante abril. "Um crescimento médio abaixo disso significaria taxa negativa", disse Leonardo Mello, técnico de Planejamento e Pesquisa do Ipea. "Queda anual realmente seria um evento raro", acrescentou. Embora o cenário descarte uma recuperação tão vigorosa, o Ipea espera um reaquecimento da atividade industrial ao longo dos próximos meses.



Cartões

Comércio quer mais regras e concorrência

Fim do vínculo de exclusividade existente entre bandeiras e credenciadores foi o primeiro passo no processo de mudança pretendida pelos lojistas

Representantes do varejo brasileiro mostraram nesta terça-feira descontentamento com a indústria de cartões de crédito e débito no país. Para eles, é preciso ampliar a regulamentação do setor e também a concorrência, na prática, depois que o governo conseguiu extinguir o vínculo de exclusividade existente entre bandeiras e credenciadores, há dois anos.

"A regulamentação ainda é carente. É preciso estabelecer marcos reguladores mais seguros", disse o advogado da CNC (Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo), Cácio Esteves. Já para o presidente da CNDL (Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas), Roque Pellizzaro Júnior, a concentração de mercado gera pouca concorrência e alto custo, que é repassado para o consumidor. "Em última instância, é o consumidor que paga esta conta", considerou.

Os dois representantes do varejo fizeram suas avaliações durante audiência pública na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados



Foto:Walter Mendes

Aumento da concorrência é necessário, principalmente entre as bandeiras e os credenciadores

com a participação da Comissão de Finanças e Tributação sobre a atuação do segmento de cartão de crédito no país.

Pellizzaro Júnior salientou que o aumento da concorrência é necessário, principalmente entre as bandeiras e os credenciadores, pois houve a entrada de uma só empresa no mercado

desde a quebra da exclusividade. "Temos apenas um a mais do que há dois anos e com um market share quase inexistente, que é o Santander", comparou. "Há barreiras que não foram ultrapassadas pelo mercado."

O presidente da CNDL aproveitou a audiência para argumentar que há uma distorção

no setor de cartões de débito brasileiro. "Aqui se cobra taxa por operação e em quase todos os outros países se cobra tarifa, que é fixa. O custo de uma transação de R\$ 100,00 ou de R\$ 1 milhão é o mesmo", alegou. "Isso é uma distorção grave e que deve ser corrigida", disse.

Cervejaria

Grupo constrói fábrica no NE

Executivo da marca afirmou que hoje é a única grande cervejaria com capital 100% brasileiro

O Grupo Petrópolis, segundo maior do setor cervejeiro no país e produtor das marcas Crystal, Lokal, Itaipava, Black Princess, Petra e Weltenburger, do energético TNT Energy Drink, da vodka Premium Blue Spirit Unique e do Blue Spirit Ice, escolheu a cidade de Alagoinhas, na Bahia, para construir mais uma unidade fabril. Será o início das operações da empresa no nordeste, região que nos últimos anos registra um crescimento de consumo maior do que a média nacional.

A construção da fábrica faz parte da estratégia da empresa de consolidar sua posição como segunda maior cervejaria do Brasil e expandir a presença para todo o território nacional até o fim da década atual.

Segundo Douglas Costa, diretor de mercado do Grupo Petrópolis, algumas marcas do portfólio, como a Itaipava, apesar de uma presença pequena na região, já detém uma alta aprovação entre muitos consumidores nordestinos. "Vamos aproveitar essa aceitação e expandir nosso crescimento no Nordeste. É um mercado que está em pleno desenvolvimento e queremos participar disso", declara Costa.

O executivo enfatiza que a Petrópolis, hoje, é a única grande cervejaria do país com capital 100% brasileiro. "É importante que empresas nacionais também estejam presentes nesse processo de crescimento de uma região fundamental para o desenvolvimento

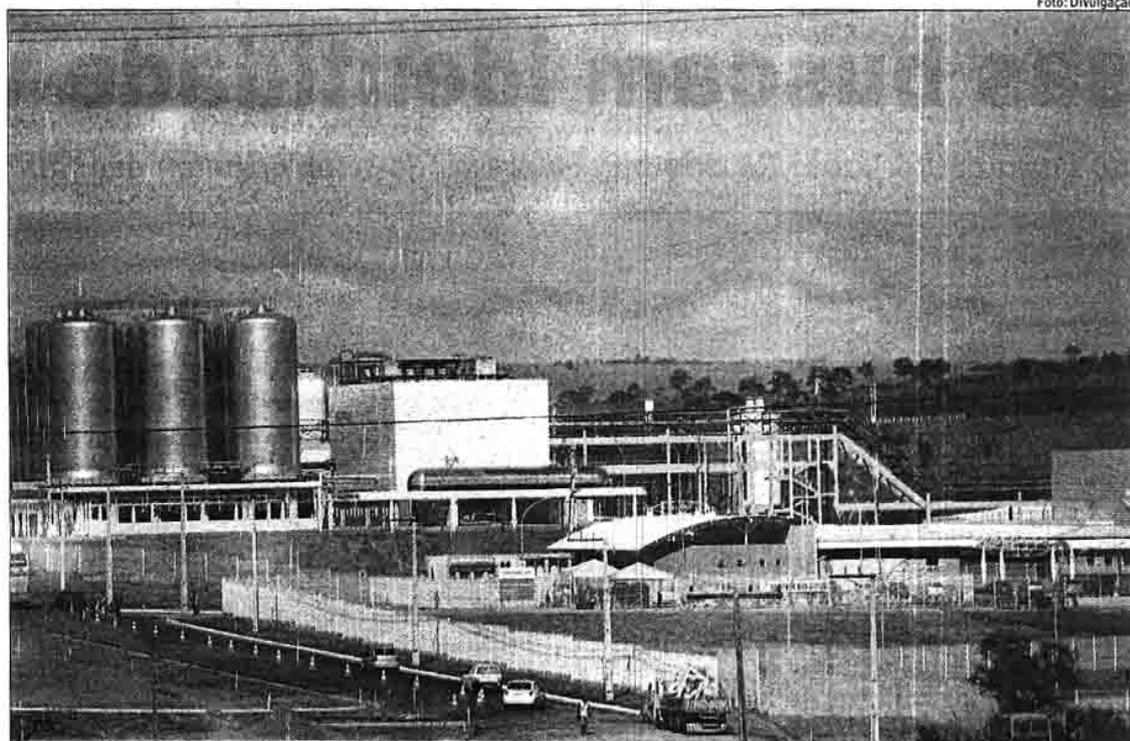


Foto: Divulgação

Unidade de produção vai gerar mais de 3 mil empregos e faturamento anual na ordem de R\$ 3,7 bilhões

socioeconômico do Brasil. Agora estamos fortes o suficientes para colaborar também no nordeste".

Para a nova planta em Alagoinhas, a capacidade de produção será de 6 milhões de hectolitros de cerveja/ano, podendo ser ampliada. A empresa prevê um investimento aproximado de R\$ 500 milhões para o desenvolvimento

da unidade fabril no período de 5 anos podendo chegar até R\$ R\$ 1,1 bilhão com a negócio de distribuição. Esse valor envolve as fases de infraestrutura, contratação e treinamento de pessoal, e operacionalização inicial da unidade. A construção e fases subsequentes vão gerar aproximadamente, nesta primeira fase, 500 empre-

gos diretos para a unidade fabril. Quando a unidade de produção e o centro de distribuição estiverem operando em plena capacidade, a estimativa é que gere mais de 3 mil empregos e faturamento anual da cervejaria será da ordem de R\$ 3,7 bilhões.

De acordo com Costa, a escolha por Alagoinhas se deve

principalmente à quantidade e a qualidade da água encontrada na região. "Analisamos diversas cidades e escolhemos a opção que certamente vai assegurar a qualidade 100% dos nossos produtos, um ponto que consideramos essencial para conquistar os consumidores nordestinos de vez", explica

CODAM

Recorde de R\$ 2,8 bilhões

Na reunião, onde foram aprovados 51 projetos industriais, Cieam e Suframa travaram discussão sobre PPBs

RENATA MAGNENTI
renatamagnenti@acritica.com.br

A 239ª reunião do Conselho de Desenvolvimento do Estado do Amazonas (Codam) realizada, ontem, aprovou um aporte recorde de investimento na ordem de R\$ 2,8 bilhões. Apesar disso, o presidente do Centro da Indústria do Estado do Amazonas (Cieam), Wilson Périco, fez severas críticas ao modo em que alguns temas da indústria vêm sendo tratados, e o superintendente da Suframa, Thomaz Nogueira, informou que até amanhã haverá uma posição do governo para fomentar o polo de duas rodas.

Foram aprovados no Codam, 51 projetos industriais como beneficiamento de pescado (file de jacaré), produção de balsas, componentes eletroeletrônicos, equipamentos de informática, fabricação de câmeras fotográficas, televisores, garrafas de vidro e metal reciclado. Foi o recorde desde agosto de 2011, quando os conselheiros aprovaram investimentos na ordem de R\$ 2,3 bilhões. A expectativa é que sejam gerados 4.331 empregos.

QUESTIONAMENTO

A reunião foi marcada, porém, por questionamentos. O presidente do Cieam questionou porque representantes do governo não estiveram na inauguração da fábrica da Pioneer que aconteceu na manhã de ontem. "Aprovamos todos os projetos no Codam, mas não prestigiamos estes empresários. Precisamos criar um vínculo com estes investidores", disse.

Questionou também que é necessário fazer valer a Lei Complementar de 1975 em que estabelece que somente o Modelo Zona Franca tem o poder de definir



Thomaz ressaltou que é importante definir o que produzimos no PIM



Périco disse que Suframa ignora empresários e descarta novos PPBs

Em números

#

586

empregos deverão ser gerados com os projetos de destaque no Codam. Entre eles estão o da Cal-Comp que investirá mais de R\$ 1,5 milhão na produção de HD, pen drive e subconjuntos de áudio, e o da Samsung que produzirá PCI, com investimento de R\$ 389 milhões.

tributação. "São Paulo continua não tendo essa visão e quer taxar nossos produtos em 12%. Cinco fábricas do PIM, dos setores de duas rodas e eletroeletrônico, que deveriam taxar seus bens finais em 7%, estão tarifando como a capital paulista sugere e foram autuadas por isso. Não podemos fazer vista grossa quanto a este assunto", ressaltou Périco.

PPB

Thomaz Nogueira acrescentou que São Paulo não reconhece a legitimidade dos incentivos do modelo, mas perde a "disputa"

toda vez que situações similares vão à justiça, pois o Supremo Tribunal Federal (STF) reconhece a legislação tributária referente ao modelo. Acrescentou ainda que nos últimos 190 dias 52 Processos de Produção Básico (PPBs) foram aprovados e isso mostra o empenho do Governo Federal em relação ao PIM e à força da Zona Franca.

Entretanto, o consultor Daniel Félix, questionou Thomaz quanto a aprovação do PPB referente a produção de lâmpadas de LED. "Este PPB nunca chegou à Suframa", disse o superintendente.

Périco rebateu dizendo que há dois anos fábricas interessadas em produzir os equipamentos brigam pela aprovação do PPB. Thomaz concluiu dizendo que "é importante definir o que produzimos no PIM. Vou dizer algo que pode fazer o mundo cair, mas o PPB da Adidas, por exemplo, era muito ruim. Não podemos pegar qualquer bonde. Temos um modelo de sucesso, com problemas apenas no polo de duas rodas. Então, podemos escolher o nosso porto e optar por produtos que realmente sejam produzidos no PIM e que gerem conhecimento".

Desoneração de imposto a motocicletas

Até amanhã o superintendente da Suframa, Thomaz Nogueira, anunciará uma prévia do pacote de incentivo que deverá auxiliar as fábricas do polo de duas rodas que estão em crise.

De acordo com Thomaz, está assegurada a desoneração de impostos que deve ocorrer tanto por parte do Governo Federal, quanto Estadual e, um "grande banco estatal" deve auxiliar junto ao crédito e financiamento de motocicletas.

Na última sexta-feira houve uma reunião entre representantes da Suframa, da Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas, Ciclomotores, Motonetas, Bicicletas e Similares (Abraciclo) e o Governo do Estado. "Todas as entidades ficaram de apresentar propostas. Hoje (ontem), antes de vir para o Codam, recebi um e-mail da Abraciclo e acho que quinta-feira temos o desenho dos incentivos", afirmou Thomaz. Ele acrescentou ainda que na próxima semana, em Brasília, deve acontecer uma reunião decisiva.

O secretário executivo do Fisco estadual, Juarez Tridapalli, informou que a Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz) não deve "isentar ainda mais" o setor de duas rodas, e a desoneração deve ser apenas na esfera federal.

Greve pode parar indústrias

O alerta é do presidente do Cieam, Wilson Périco, preocupado com possível greve da categoria

A greve dos eletricitários deve parar o Polo Industrial de Manaus (PIM), segundo o presidente do Cieam, Wilson Périco. "Este é mais um agravante que impede o desenvolvimento do PIM, já que os auditores fiscais da Receita Federal cruzaram os braços há duas semanas", afir-

mou Périco. Os trabalhadores que prestam serviço à Eletrobras Amazonas Energia realizam entre hoje e sexta-feira paralisações de advertências, mas se a greve for aprovada o serviço de transmissão da Usina de Balbina, na Usina I (localizada no bairro Aparecida) e na Usina

II (localizada no bairro Mauzinho), que alimentam o PIM, será prejudicado.

De acordo com Périco, a maioria das fábricas tem geradores a diesel, mas, além do alto custo, as máquinas não têm capacidade para sustentar a produção contínua por dias e dias

de cortes de energia. "É preciso que o Governo do Estado e a Suframa nos auxiliem quanto a essa questão".

TRABALHADORES

Após discussões com a empresa Eletrobras Amazonas Energia, os trabalhadores resolveram

Busca-se pinto

Operação-padrão entre os auditores

Há duas semanas em greve os 180 auditores da Receita em Manaus adotaram o procedimento de operação-padrão durante três dias da semana, onde fazem o desembaraço de notas com lentidão, e nos outros dois dias, a atividade foi suspensa.

paralisar os serviços até o fim da semana. A mobilização acontecerá em frente à sede da empresa, na avenida 7 de Setembro, a partir das 7h.

"O maior motivo da paralisação é que a empresa não quer fechar um acordo de trabalho digno, não quer conceder o ganho real e muito menos fazer a extensão do plano de saúde para os aposentados", informou o presidente do Sindicato dos Urbanitários do Amazonas, José Alberto de Lima Borges. De acordo com ele, o setor mais afetado pela paralisação será o de "operação das atividades".

Pioneer produzirá peças em Manaus

Novos unidade também fabricará câmeras

A Pioneer Electronic Corporation vai começar a produzir peças e câmeras digitais no Polo Industrial de Manaus (PIM), onde já atua com a unidade que fabrica produtos de som automotivo. O novo espaço é fruto de um empreendimento conjunto com a empresa Asia Optical, desde o ano passado, e que formou a RYB (Pioneer Yorkey do Brasil) criada com o objetivo de produzir peças no País.

"Com o início das atividades da nova unidade, os planos da nova empresa, juntamente com a Pioneer do Brasil, é aumentar a representatividade de seus negócios no mercado brasileiro", informou a empresa em nota enviada à imprensa.

Como parte de sua estratégia para expandir seus negócios

nos mercados emergentes, a Pioneer fechou o acordo no qual a produção conjunta de câmera digital através de OEM, bem como a de peças e dispositivos utilizados por ambas as empresas começarão a ser confeccionados na planta da Pioneer do Brasil. No momento, a fábrica instalada em Manaus se dedica principalmente à fabricação de produtos de som automotivo.

A expectativa da Pioneer é de expandir a compra local de peças para seus produtos fabricados no Brasil e, no futuro, produzir e vender peças para outras empresas. Além disso, a *joint venture* irá aproveitar o *know-how* de aquisição de peças das duas empresas, trazendo oportunidades para reduzir custos de produção global.

Pacote anticrise pode sair na próxima semana

RICHARD RODRIGUES

Equipe EM TEMPO

As “costuras” para alavancar a produção de motos no Polo Industrial de Manaus (PIM) estão na reta final. A expectativa é de que, até a próxima semana, seja anunciado um pacote para atender às necessidades das empresas do setor, que, por conta das dificuldades, tiveram de “pisar do freio” no parque fabril, segundo afirmou o titular da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), Thomaz Nogueira, durante a 239ª Reunião do Conselho de Administração do Amazonas (Codam).

De acordo com Nogueira, a Suframa já participou de três reuniões com representantes de entidades ligadas ao segmento e do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic) para definir um plano de auxílio ao setor afetado pela burocracia na liberação de crédito para a aquisição de motos no país. “Hoje, recebi um e-mail do Mdic com mais algumas informações e sugestões que serão analisadas e, posteriormente, compartilhadas com

Brasília, para que se marque uma reunião para discutir um plano viável para o polo de duas rodas”, disse o titular da autarquia, que cogitou a possibilidade do encontro ocorrer até a próxima semana na capital federal.

O superintendente informou, ainda, que existem algumas ações a serem estudadas para atender ao setor, que vão de incentivos fiscais até desburocratização para obtenção de crédito nas concessionárias. “Entre as medidas cogitadas e em estudo estão desoneração tributária, ações de participação do governo e da própria Suframa, e medidas de participação de incremento ao financiamento com intervenção de um grande banco estatal”, relatou.

“Repetição”

Com relação aos tributos que poderão ser reduzidos, Nogueira fez suspense, mas disse que eles podem ir além da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins). “Digamos que poderá ser um plano semelhante ao elaborado para beneficiar o setor durante a crise de 2009”, destacou o titular da autarquia.

Pacote anticrise pode sair na próxima semana (continuação)

Indústria dará contrapartidas

Caso o novo pacote destinado ao polo de duas rodas seja semelhante ao de 2009, as empresas do setor terão isenção do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) referente à taxa de energia elétrica, assim como a cobrança do Imposto sobre Propriedade de Veículo Automotor (IPVA) para motos zero quilômetro será suspensa. Vale ressaltar que, naquele ano, todas as motos novas adquiridas ficaram

isentas de IPVA no Estado. Embora ainda não haja um pacote definido, as empresas terão de cumprir algumas exigências para gozar do incentivo. "Em contrapartida, as empresas terão de manter os empregos e elaborar campanhas para educação no trânsito", observou o superintendente da Suframa, ao salientar que, mesmo diante das possibilidades anunciadas, um pacote só será definido após a próxima reunião.

Aporte de R\$ 2,8 bilhões e 4,3 mil empregos

Além na notícia "animadora" para o polo de duas rodas dada pela Suframa, o Codam também garantiu reforço ao PIM durante reunião extraordinária. Na ocasião, foram aprovados 51 projetos industriais que garantiram ao parque fabril local aporte de R\$ 2,8 bilhões, maior investimento já analisado pelo conselho, e mais de 4,3 mil empregos.

Do total de projetos avaliados e aprovados, 18 são referentes a novos empreen-

dimentos, 28 de diversificação e cinco de atualização. As empreitadas garantirão ao PIM incremento na produção de câmeras fotográficas, TVs com a tecnologia Oled, garrafas de vidro e metal reciclado. Na linha bens intermediários, foram garantidos ao parque fabril a fabricação de resíduos metálicos, concentrados para bebidas não alcoólicas e placas de circuito integrado.

De acordo com o secretário executivo da Secretaria de

Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico (Seplan), Roney Peixoto, empresas estrangeiras estão cada vez mais dispostas a investir no PIM e a prova disso é que, do total de investimentos em questão, mais de R\$ 2 bilhões eram de capital estrangeiro. "A empresa internacional Cal-Comp, com a aprovação, investirá no polo R\$ 1,5 bilhão, maior investimento avaliado na reunião para produzir em Manaus pen-drive, HDs e subconjun-

tos de áudio", observou o secretário, ao salientar que o projeto também será responsável pela abertura de 527 postos de trabalho no distrito industrial.

Porém, além dos investimentos da Cal-Comp, Peixoto também salientou a importância de projetos de empresas nacionais. "Nessa pauta tiveram destaques referentes à fabricação de balsas, garrafas de vidro reciclado e beneficiamento de jacaré", finalizou.

Ameaça de greve por 72 horas

Com a promessa de paralisar os serviços por 72 horas, os urbanitários da empresa Eletrobras Amazonas Energia iniciam hoje a suspensão das atividades, em sintonia com o movimento nacional para agilizar a campanha salarial. Até sexta-feira, a categoria realiza mobilizações em frente à sede da concessionária, na avenida Sete de Setembro, no Centro, a partir das 7h.

De acordo com informações do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado do Amazonas (STIU-AM), no dia 11 de julho – em Brasília –, entidades laborais e patronais do país se reúnem em uma nova rodada de negociações para fechar o acordo coletivo de trabalho.

Conforme o presidente do sindicato, José Alberto Borges, caso as reivindicações da classe não sejam atendidas, dentre as quais a extensão do plano de saúde para os aposentados, uma nova assembleia será realizada para deliberar uma paralisação por tempo indeterminado, a partir do dia 16 deste mês.

Borges explicou que, em

virtude da eletricidade ser um serviço essencial, serão dadas prioridades aos serviços como hospitais e creches.

Por meio da assessoria de imprensa, a Eletrobras informou que o movimento de greve é um direito dos trabalhadores, porém a concessionária “não vê justificativa para o movimento paredista, já que o processo de negociação ainda encontra-se em curso”. Além disso, a assessoria garantiu que “o suprimento de energia elétrica será mantido para evitar qualquer prejuízo à população”.

Preocupação

De acordo com o presidente do Centro da Indústria do Estado do Amazonas (Cieam), Wilson Périco, a paralisação preocupa o setor, porque embora as indústrias do Polo Industrial de Manaus (PIM) possuam geradores, o mecanismo existe apenas para casos de emergência e não serão suficientes para manter a produção ativa, caso o sistema passe por um blecaute nesses três dias de paralisação dos urbanitários. (LG)



ARQUIVO EM TEMPO/MARCELO CADILHE

Apenas serviços essenciais serão mantidos durante movimento

Projeto obriga lojista a informar tributo em nota

Regra vale para todo o comércio brasileiro, exceto as microempresas com receita bruta anual inferior a R\$ 360 mil e os microempreendedores individuais

O Senado deu ontem o primeiro passo para aprovar o projeto que obriga os comerciantes a informarem nas notas fiscais os tributos cobrados sobre o produto adquirido pelo consumidor. O projeto foi aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado e determina que a nota ou cupom fiscal traga o valor líquido da compra, seguido do valor de cada um dos tributos que incidem sobre o produto.

O texto determina que sejam discriminados o IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), o Imposto sobre Importação de Produtos Estrangeiros, a Cide (Contribuição de Intervenção de Domínio Econômico) relativa à importação ou comercialização de petróleo e seus derivados, o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) e o ISS (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza).

A regra vale para todo o comércio, exceto as microempresas com receita bruta anual inferior a R\$ 360 mil e os microempreendedores individuais. Os comerciantes ficam obrigados a divulgar os impostos também nas peças publicitárias, vitrines, gôndolas ou outros espaços em que o produto esteja exposto



Lojas serão obrigadas a discriminar na nota fiscal os impostos pagos pelo consumidor

Punições de detenção e multa

O projeto segue para votação na Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor do Senado, onde será analisado em caráter terminativo - sem precisar passar pelo plenário da Casa.

A proposição estabelece punições de detenção de três a seis meses e multa em caso de dolo,

ou penas de detenção de seis meses ou multa em caso de culpa para quem descumprir a medida.

Relatora do projeto na comissão, a senadora Lidice da Mata disse que a mudança é positiva e se tornou prática em diversos países. "A medida é meritória não apenas por conferir transparência à

composição dos preços dos bens e serviços tributados, mas por também incentivar o consumidor a exigir a nota fiscal", afirmou.

Segundo a senadora, a divulgação dos impostos é importante para que o consumidor "enxergue o verdadeiro valor do produto que adquire".

Suframa garante que ajuda ao Polo de Duas Rodas sairá nos próximos dias

Linha de crédito concedida por meio de banco estatal e desoneração tributária estão entre as medidas

TEXTO Daisy Melo
FOTO Sandro Pereira

MANAUS

Incremento do financiamento por meio de um banco estatal e desoneração tributária com prazo determinado são as medidas para contenção da crise do setor de Duas Rodas do Polo Industrial de Manaus (PIM), já encaminhadas pelo governo federal. A informação é do titular da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), Thomaz Nogueira. O anúncio foi feito, na tarde de ontem, durante a 239ª reunião do Conselho de Desenvolvimento do Estado do Amazonas (Codam).

"Já há medidas de desoneração tributária estudadas, com governo do Estado e Suframa, e medidas de incremento ao financiamento com a intervenção de um grande banco estatal", afirmou. As decisões referentes aos tributos terão prazo determinado. "A desoneração será transitória, com prazo até o final do ano, por acreditarmos que vai acontecer um reaquecimento do mercado, mas o ponto mais importante é assegurar o acesso ao crédito e a participação do banco é fundamental".

Segundo o representante da autarquia, o futuro pacote de desonerações irá partir tanto do Estado, quanto da União. "Há uma demanda do setor sobre Cofins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e que está em estudo pelo governo, podem vir outras desonerações, se olharmos o pacote de 2009, teremos um bom exemplo do que foi feito".

Em 2009, o governo do Estado concedeu alíquota maior de isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) de 68% para 75%, suspensão da cobrança de 25% do ICMS da energia e



BENEFÍCIOS
As medidas deverão ser tomadas até o final do ano, como forma de aquecer o setor

A restrição de crédito é apontada como a maior dificuldade enfrentada pelas concessionárias na hora de fechar as vendas

FRASE



Thomaz Nogueira.
Superint. da Suframa

O Polo de Duas Rodas é um problema pontual. É um dos maiores empregadores. Estamos tentando construir uma solução para esse problema"

OS NÚMEROS

R\$ 2,82

bilhões foi o total de investimentos aprovados na 239ª reunião do Codam, onde foram aprovados 51 projetos industriais, que resultam em 4.331 empregos

isenção do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) na compra de motos e carros nacionais. Já o governo federal reduziu de 3,38% para 0,38% a alíquota Imposto sobre Operações (IOF) na venda de motos para pessoa física e suspendeu a co-

brança da Cofins.

Assim como ocorreu com o setor automobilístico, o Polo de Duas Rodas terá que apresentar algumas contrapartidas. Entre elas estão a manutenção do nível de empregos e a concretização de uma campanha de educação para o trânsito no uso específico desse veículo.

Demissões

Sobre o aumento de 48% no volume de demissões no PIM no primeiro semestre, Thomaz reconheceu o aumento nos desligamentos e assegurou que as futuras medidas para o setor de Duas Rodas irão refletir no melhor desempenho a partir do segundo semestre.

AMX SP

Guerra Fiscal complica empresas

Dando continuidade à 'Guerra Fiscal' entre os Estados, São Paulo não está reconhecendo o crédito do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) repassado pelo Estado do Amazonas a empresas do PIM, segundo informações dadas pelo presidente do Centro da Indústria do Estado do Amazonas (Cieam), Wilson Périco durante a 239ª Reunião do Codam. "Cinco empresas foram autuadas, isso coloca em risco a atividade dessas empresas e traz insegurança para as demais, isso traz risco ao incentivo e ao modelo Zona Franca de Manaus", afirmou. Segundo Périco, o governo do Estado precisa intervir nessa situação. "As empresas terão que recorrer por conta do direito adquirido, vão gastar dinheiro buscando um jurista para dar parecer e um advogado, o governo intervindo abrange todas as empresas instaladas", disse.

O diretor executivo do Cieam, Ronaldo Mota, ressaltou que o Amazonas possui autonomia para conceder incentivos sem anuência do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), prevista na lei complementar 24/1975. "O que está acontecendo é que se o Amazonas dá 100% de isenção, São Paulo não dá nenhum ponto percentual de crédito porque a empresa não pagou ICMS no Amazonas, se o Amazonas dá 50%, ele só reconhece 6%, isso é uma coisa sem sentido, São Paulo não tem autonomia para fazer isso". Sobre a questão, Thomaz Nogueira lembrou que as empresas do PIM ganharam todas as causas relativas a esse tema no Supremo Tribunal Federal (STF).

IPI alto protege ZFM de importados

Microondas, motos e ar-condicionados importados, mais caros

Em uma medida para proteger a Zona Franca de Manaus dos importados, o Governo elevou para 35% o Imposto sobre Produtos Industrializados de microondas, aparelhos de ar-condicionado e motos produzidos fora da região. A nova alíquota vale em setembro. Segundo OMC e ONU, o Brasil foi o País que mais adotou medidas protecionistas nos últimos seis meses

O Governo resolveu lançar mais uma medida para proteger a indústria contra importados. A partir de setembro, micro-ondas, aparelhos de ar-condicionado e motos fabricadas fora da Zona Franca de Manaus pagarão mais imposto. Cerca de 90% da produção desses setores se concentra na zona franca. A medida faz parte de uma série de ações adotadas pela equipe econômica para ajudar setores como o de montadoras, auto-peças e móveis, entre outros.



IPI alto protege ZFM de importados (continuação)

Concorrência asiática



Apesar de motocicletas importadas representarem apenas 1,9% do mercado nacional, os fabricantes reclamam da concorrência dos produtos vindos da Ásia. De acordo com decreto publicado nesta quinta-feira (31/05) pela presidente Dilma Rousseff, a alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) desses produtos será elevada para 35%. Hoje, motos de até 50 cilindradas pagam 15% de IPI, e as de maior potência, 25%. No caso do ar-condicionado, o aumento valerá para os aparelhos do tipo split. Os setores beneficiados desta vez não representam parte relevante do Produto Interno Bruto (PIB), mas reclamam há meses da con-

corrência.

Segundo a Receita, não houve compromisso das indústrias em manter empregos. No ano passado, o Governo já havia elevado o Imposto de Importação de aparelhos de ar-condicionado split. "Isso serve para dar impulso ou auxílio do Governo para esses setores, que têm produção muito forte na zona franca", afirmou o subsecretário de Tributação e Contencioso do Fisco, Sandro de Vargas Serpa. Segundo a Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas (Abraciclo), do total de licenciamentos de motos no primeiro quadrimestre, 11 mil eram importadas, o equivalente a 1,9% das vendas.

Produção estimulada

Ainda assim, o diretor executivo da Abraciclo, José Eduardo Gonçalves, diz que "a medida deve estimular a produção na zona franca". Para Lourival Kiçula, presidente da Eletros, "a decisão é ótima para indústria". Segundo ele, os fabricantes de ar-condicionado e micro-ondas eram prejudicados pelos produtos chineses, que chegam a custar 15% menos. De janeiro a abril, a fatia de importados foi de 70% e, nos micro-ondas, de 33%.

Ao mesmo tempo em que ajuda esses setores, o Governo oficializou mais um aumento de imposto. A partir de 1.º



de outubro entra em vigor um novo modelo tributário para as bebidas frias. Na prática, o brasileiro poderá pagar mais para tomar cerveja, refrigerante, isotônico e energéticos. A Receita estima aumento "médio" de 2,85%. A indústria de bebidas

reagiu ao aumento. "O reajuste de impostos federais implicará diretamente repasse nos preços de cervejas e refrigerantes e deve prejudicar ainda mais o volume de vendas, obrigando as empresas a rever os investimentos", disse em comunicado.

IPI alto protege ZFM de importados (continuação)

Japão quer investir mais em Manaus

Há mais de 80 anos, Amazonas e Japão mantêm uma relação de parceria, com a chegada dos primeiros migrantes em 1930. Décadas depois, os japoneses desempenharam um papel fundamental na consolidação da Zona Franca de Manaus. Quando o projeto começava a sair do papel, as grandes empresas japonesas foram as primeiras a acreditar no novo modelo. Hoje, os japoneses continuam como os maiores investidores do Polo Industrial de Manaus (PIM), com US\$

2,917 bilhões, mais que o dobro da segunda colocação, ocupada pelos norte-americanos.

E essa parceria tende a se estreitar com o interesse crescente por parte de diversas empresas de capital japonês em fazer investimentos no Amazonas, conforme afirma o cônsul geral do Japão em Manaus, Hajime Naganuma. "A indústria japonesa não pode ficar estancada, está sempre buscando novas possibilidades, e o Brasil se apresenta como uma grande opção", diz.

Capital japonês distribuído



O consultor empresarial Teruaki Yamagishi lembra que, em Manaus, o capital japonês está distribuído em vários segmentos, e não apenas no eletroeletrônico – com gigantes como Sanyo, Sony, Panasonic e Pioneer –, e duas rodas, setor liderado por Honda e Yamaha. Pouca gente sabe que o emplastro Salonpas, do laboratório japonês Hisamitsu, é produzido em Manaus. A Noritsu opera em soluções para impressão; a Orient mantém-se firme na fabricação de relógios, só para citar alguns exemplos. Ao todo, são 35 empresas japonesas em plena atividade, responsáveis por 25% do faturamento do PIM e por 20% dos empregos de todo o polo. A pri-

meira grande empresa de eletroeletrônicos a aportar na Zona Franca foi a Sharp, em 1970, fabricando calculadoras.

"Naquela época, não tinha Distrito Industrial, a Zona Franca ainda estava praticamente no papel", lembra o consultor. Os bons resultados da Sharp foram fundamentais para a atração de Sanyo e Toshiba, esta em associação com a brasileira Semp. Estava pronta a base para o polo eletroeletrônico. Empresas brasileiras como CCE e Gradiente vieram no lastro. O segundo grande polo da Zona Franca, duas rodas, também começou com uma iniciativa nipônica, com a chegada da Moto Honda, em 1975.